

Comissão da dívida

CORREIO BRAZILIENSE

prorroga trabalho

16 DEZ 1988

16 DEZ 1988

A última sessão do Senado Federal deixou claro a disposição da casa de fazer valer suas novas prerrogativas em relação ao tratamento da dívida externa. Um simples reescalonamento de dívida com o Clube de Paris, no valor de 5 bilhões de dólares, em condições bastante favoráveis, consumiu quase três horas de debates com senadores governistas defendendo que o Brasil não iria pagar nem um tostão em juros ou principal durante 5 anos, ficando com um prazo de 10 anos para liquidar essa dívida, portanto um acordo muito bom, fechado por Maílson da Nóbrega em julho do corrente ano.

Senadores oposicionistas, como Jamil Haddad, Carlos Chiarelli e Itamar Franco, não se mostravam dispostos a discutir os termos do acordo, preferindo mostrar que o acordo, assinado em julho, só foi enviado ao Senado para votação no dia 3 de dezembro, menos de duas semanas antes do recesso parlamentar. "Essa rolagem de dívida não favorece o Brasil, porque não vamos receber nada em dinheiro novo, apenas o Governo nos pede para concordar em never mais, porque a dívida postergada cresce sem parar", disse Chiarelli.

Ele lembrou, também, que o próprio ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, já admitiu que o Brasil precisa modificar seus parâmetros de negociação da dívida externa. "Agora, nos pressionando com o término 8M10,5F4 do ano legislativo, o

Governo quer nos convencer de que o acordo é bom. Devo anunciar ao plenário que a Comissão Especial da Dívida Externa decidiu prorrogar até o final do primeiro trimestre de 1989 seu prazo para examinar a matéria e preparar um parecer. Vamos aproveitar este tempo para rever todos os acordos de dívida externa assinados pelo Brasil e oferecer ao Governo alternativas para o tratamento da dívida".

O senador Jamil Haddad lembrou que a nova Constituição dá ao Senado o poder de apreciar e votar os acordos internacionais antes que eles sejam assinados pelo Governo brasileiro. "Estamos cansados de ser meros carimbadores de acordos. Foi assim que, entre os anos de 1970 e 1986, o Brasil contraiu empréstimos em valor beirando os 200 bilhões de dólares. Durante este tempo, já pagamos 184 bilhões de dólares e continuamos a dever quase o mesmo montante. É imprescindível que o Senado exerça sua competência de aprovar operações de crédito interno e externo e estabelecer limites de endividamento".

COMPROMISSO

O líder do PMDB resolveu defender uma posição intermediária entre governistas e oposicionistas, advogando que o Senado, nesse momento, tinha também compromisso com a governabilidade do País e, se o acordo com o Clube de Paris não fosse aprovado, o Brasil poderia perder acesso aos recursos do

Fundo Nakasone, do Japão, e dos organismos internacionais como Banco Mundial e BID, dificultando a liberação da última parcela do acordo com os bancos privados. Diante de tantos argumentos e do cansaço de horas de sessão — ela havia começado às 15h30 e já eram quase 10 horas —, o plenário aprovou por 34 a 7 a rolagem dos 5 bilhões de dólares. Nesse momento, ainda restavam sobre a mesa de Humberto Lucena, presidente do Senado, cerca de 30 projetos tramitando em regime de urgência. A sessão, por exigência regimental, não poderia ultrapassar à meia-noite.

PEDÁGIO

Pedindo inversão de pauta, os senadores aprovaram os projetos considerados mais importantes como o reajuste dos funcionários públicos, o pagamento de pedágio antecipado nas rodovias federais, cortes nos incentivos fiscais, e sistemática de cobrança do IPTU, através do substitutivo do relator, senador Pompeu de Souza, e não o projeto do secretário de Finanças. O pedágio nas estradas também não foi aprovado em seu projeto original. Ele será cobrado por mês, em OTN, de acordo com a potência do veículo, variando de 1 OTN e 8 OTNs, mas apenas nos meses em que os proprietários estarão utilizando rodovias federais. O controle será feito por um adesivo de plástico, modificando sua cor a cada mês.